



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

Relação dos Membros da Plenária - Presentes	
Entidade	Nome
CETESB	Sílvio Beraldi
DAEE	Tokio Hirata
DAEE	Maria Cecília de Andrade
DER	Natal Takashi Arakawa
EDA	Maria Argentina Nunes de Mattos
EDR	Andrey Vetorelli Borges
Secretaria da Educação	Mirian Montoro Mugayar
Secr. Saúde DIR – XXIII	Ângela Maria Vieira
Secretaria de Turismo SP	Célia Maria Gomes de Lima
P.M. Ariranha	Sílvio Humberto Zerunian
P.M. Cândido Rodrigues	Francisco Antonio Maruca
P.M. Catanduva	José Maurício Braga
P.M. Cardoso	Janderson José Rodrigues Dias
P.M. Cedral	Rodrigo Simões Molina
P.M. Fernandópolis	Noelen M.D. Prado Martins
P.M. Guarani D'Oeste	Renata D. C. Delazari
P.M. Ipiguá	Edgar Antonio Dotoli
P.M. Mesópolis	Guilherme Domiciano Barbosa
P.M. Mira Estrela	Thaissa Oliveira Nogueira
P.M. Mirassol	Antonio Carlos Doimo
P.M. Nova Granada	Tânia Liana Toledo Yugar
P.M. Olímpia	Ana Lúcia Lopes Volfe
P.M. Onda Verde	Heloísa Pinto Cezar
P.M. Palestina	Antonio Carlos Carvalho
P.M. Paulo de Faria	Marlon José Pereira Bernardes
P.M. Pedranópolis	Andressa Cristina C. Kazume
P.M. Pindorama	Maria Inês Bertino Miyada
P.M. Pirangi	Luís Carlos de Moraes
P.M. Santa Adélia	Eva Vilma Carmo Poletto Donato
P.M. Severínia	Celso da Silva
P.M. S. José do Rio Preto	Edson Edinho Coelho Araújo
P.M. Severínia	Celso da Silva
P.M. Tabapuã	Maria Felicidade P. C. Arroyo
P.M. Tanabi	Norair Cassiano da Silveira
P.M. Valentim Gentil	Francisco C. Graciano Belém
P.M. Vitória Brasil	Alécio Caberlin
P.M. Votuporanga	Antonio Alberto Casali
AAMA	Rodolfo Neugebauer
ABAS	Cristiane Guiroto
AERJ	Sérgio Yoshimi Nishimoto
ASSEMAE	Vera Lúcia Nogueira
Assoc. Desenvolvimento Comunitário Bairro Jataí	Carlos Roberto Morandim
Assoc. Des. Comunitário Córrego Comprido	Francisco Guilherme Dorigan
Assoc. Fornecedoros Cana Região Catanduva	Luís Carlos Orsi

CAMU-Central Assoc. Mun. de Urânia	Pedro Sérgio Podscian
CANAOESTE	Ivan Tilelli Burjaili
CAPIN	Maria Teresa Vilela N. Abdo
CIESP – Ribeirão Preto	Débora Riva Tavanti Morelli
FUNDAG	Everton Luís Finoto
Instituto Ambiente em Foco	André Luiz Sanches Navarro
Rotary Norte	Samir Felício Barcha
SEARVO	Wanda Aparecida Bazzo
SENAI	Francisco Carlos Robles
SIAESP	Walter Cezar Bertoncello
SINDAREIA	José Benedito Máximo
Sind. Rural Catanduva	Bruno Segura da Cruz
UDOP	Luís Antonio Arakaki
ÚNICA	Gustavo Augusto M. Ascitti
Convidados	
Luís Carlos Carneiro Máximo	Adriana Sanches Borges
Lucas Francisco Rizzo	Antonio Carlos Roversi
Marco Antonio Pereira Fº	Tadeu Veronezzi Nunes
Raphael Surano Bertoli	Hamilton Pavani
José Roberto J. de Mello	Otaniel Richard P. O. Silva
Katia Regina P. Casemiro	Luciana Crepaldi
Eduardo B. Dutra	Olívio Nunes de Souza
Márcio R. Villas	Márcia Regina B. Garcia
Ana Cristina Cruz	Luís Henrique Gomes
Guilherme Diogo Júnior	Fabício Marques Spatti
Waldir Dorta	Luís Carlos Carneiro
Antonio Roberto de Jesus	EM BRANCO

Aos 27 dias do mês de outubro de 2017, nas dependências do CETEMSA – Centro de Treinamento para Executivos Municipais em Saneamento Ambiental, em São José do Rio Preto - SP, realizou-se a **61ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande (CBH-TG)**, registrando-se a participação de **81** pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil e do Estado, conforme “Relação dos Membros do Plenário Presentes” apresentada, Prefeitos Convidados e Convidados. **1. Composição da Mesa Dirigente:** Maria Cecília de Andrade, Engenheira do DAEE e Secretária Executiva Adjunta passa a fazer uso da palavra: “Boa tarde a todos, são exatamente 14 horas, mas por falta de quórum a reunião será iniciada às 14:30 horas.” **14:30 horas:** “Boa tarde a todos, é com satisfação que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo Grande inicia sua **61ª Reunião Extraordinária**. A Mesa já está composta pelo Prefeito de São José do Rio Preto e Presidente do CBH TG, Sr. Edinho Araújo; Engenheiro Tokio Hirata, Diretor do DAEE e Secretário Executivo do CBH TG; Maria Cecília de Andrade, Engenheira do DAEE e Secretária Executiva Adjunta; Fazem parte da Mesa também os Coordenadores de Câmaras Técnicas:



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

- 25 a de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos Débora Riva Tavanti Morelli, representante da FIESP; O Engenheiro Guilherme Diogo Jr, do DAEE e Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento; Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e Usos
- 30 Múltiplos, Cristiane Guirato, representante da ABAS (Associação Brasileira de Água Subterrânea); Câmara Técnica de Educação Ambiental, Márcia Regina Brunca Garcia, do DAEE. Gostaria de informar a todos que esta será uma reunião breve e vão ser votadas três
- 35 deliberações, duas “Ad Referendum” e uma da distribuição de recursos, por isso eu peço que todos os membros do Biênio 2017/2019 ocupem os seus lugares à Mesa. **2. Abertura:** O Sr. Presidente do CBH-TG, Edinho Araújo, passa a fazer uso da palavra: “Boa tarde a todas e a todos, agradecendo a presença de todos os membros, dando as boas vindas, desejando uma boa reunião e uma boa tarde a todos, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica Turvo Grande eu declaro aberta nesse momento a **61ª Reunião, em segunda chamada**, com a
- 40 presença de **45** membros. Passo a palavra agora ao Tokio, para que ele possa fazer os Informes da Secretaria Executiva.” **3.0 INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA** - Tokio Hirata, Secretário Executivo do CBH-TG: “Boa tarde a todos,
- 50 a Secretaria Executiva tem a relatar o seguinte: houve um grande evento aqui nos dias 16, 17 e 18 de outubro, graças aí ao empenho do nosso presidente, trouxe para cá o Pré-Fórum do Fórum Mundial da Água que vai acontecer em março de 2018 em Brasília, e ainda a
- 55 realização do 15º Diálogo Interbacias, pela 1ª vez realizado em São José do Rio Preto. Houve também a Comissão Municipal dos 17 Objetivos da ONU, que mais tarde vou passar para a Secretária Municipal do Meio Ambiente, para relatar sobre esse assunto. O
- 60 Comitê do Turvo Grande aderiu, juntamente com os outros 20 comitês, ao chamado Pró Comitês. Resumindo, a ANA vai disponibilizar um recurso anualmente para os 21 comitês do Estado de São Paulo; se esse recurso for dividido entre os 21 comitês, o
- 65 recurso vai se tornar pequeno e não vai ser possível realizar os projetos de interesse da região. Então é por isso que está sendo feita essa adesão de todos os comitês paulistas, no sentido de que o recurso que será disponibilizado pela ANA, seja utilizado em caráter regional para o Estado de São Paulo, no valor total. Então, isso é melhor que dividir entre os 21 comitês. Então é isso que vai acontecer, esse programa dos próprios comitês. Dentro de pouco tempo deverá sair um decreto do Governador do Estado. O Comitê do
- 70 Turvo Grande também deverá participar do Encontro Nacional de Comitês, que será realizado em Aracaju – SE, de 7 a 10 de novembro, são 240 comitês do Brasil todo e o Turvo Grande vai estar presente. Como
- 75 também será realizado um simpósio em Florianópolis, do dia 26 de novembro a 1 de dezembro, também o CBH-TG estará presente. Outro informe que eu gostaria de dar é que nós já estamos iniciando os procedimentos para a cobrança pelo uso da água aqui da nossa Bacia Hidrográfica, nós estamos naquela fase do Ato
- 80 Convocatório, temos no nosso cadastro 2.500 usuários, temos pela frente um trabalho imenso pela questão de endereços, pessoal que pode se manifestar dizendo que aquele volume de água que será cobrado não é o correspondente, então tudo isso será discutido até o final deste ano. A partir daí serão elaborados os boletos e vai realmente se iniciar o sistema de cobrança pelo uso da água. O que significa para o nosso Comitê? Seria uma outra fonte de recursos para o nosso Comitê para futuros investimentos, é isso que vai acontecer na realidade.
- 85 Finalizando, eu gostaria de registrar uma notícia um pouco triste, antontem, nós sempre participamos da assembléia do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que estava marcada para as 14 horas de antontem, dia 25, e aí para aproveitar o dia, marcaram uma reunião para as 10:30 da manhã, e aí, o que aconteceu, obrigou o nosso pessoal a sair às 4:00 horas da manhã daqui de São José do Rio Preto. No percurso, houve o capotamento violento do nosso carro, levando a Cecília, o Eli e o Fábio, foram parar do outro lado da pista, com as quatro rodas para cima. Graças a Deus eles estão aqui conosco, graças a Deus e foi isso que aconteceu. Deixamos de participar desses dois eventos, mas aconteceu esse imprevisto. Era isso que eu tinha a relatar e gostaria de passar para a Cecília.” Com a
- 90 palavra a Secretária Executiva Adjunta, Maria Cecília de Andrade: “Como vocês devem ter percebido, o Dr. Germano está ausente dessa reunião, por motivo de que já estava agendada uma viagem para o exterior, mas ele fez questão de gravar um vídeo justificando a ausência dele, eu gostaria que todos acompanhassem. É breve.” Com a palavra, Germano Hernandez Filho, Vice Presidente do CBH-TG e representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São José do Rio Preto: “Boa tarde a todos, infelizmente eu não vou poder participar da nossa Assembléia Extraordinária por estar nesse momento fora do país, mas eu gostaria muito de levar ao conhecimento de todos os membros do Comitê Turvo Grande a importância desse projeto, desde o início do Comitê a gente vem trabalhando no nosso Diagnóstico, nosso Plano de Bacias, em cima dos problemas que a Bacia vem revelando e o primeiro deles com certeza, foi o tratamento de esgoto. Depois a questão dos aterros sanitários, como a gente dispunha os nossos resíduos sólidos sobre os nossos terrenos, de uma forma totalmente inadequada. E focamos fortemente, o Comitê focou fortemente para tratar essas duas questões, e se a
- 95 100 105 110 115 120 125 130



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

gente vê hoje o resultado ambiental que a Bacia ganhou com o tratamento de esgoto e com os aterros sanitários, foi espetacular, e é claro que a gente precisa manter esse padrão que a gente conquistou ao longo desses 15 anos da existência do Comitê. E agora, o novo foco é buscar a recuperação da nossa cobertura vegetal, se a gente olhar como a nossa Bacia tempos lá atrás, como ela era..., a cobertura vegetal era extremamente importante para nós como ela existia na nossa Bacia, e como nós tivemos a capacidade de destruir tudo isso. Esse projeto tem como objetivo entender qual é a nossa cobertura vegetal hoje e como fazer para recuperar as nossas áreas de proteção permanente, as nossas áreas de proteção ambiental, os corredores que ligam e que dão vida ao ecossistema que a gente tem na nossa Bacia, então esse projeto é importantíssimo, eu estou aqui justamente para solicitar aos membros que a gente trabalhe com este novo foco, que a gente possa ao longo de um período aí que eu acredito que não seja muito longo, a gente possa observar a mudança que a Bacia vai ter com esse projeto. Quem sabe num futuro muito próximo a gente vai ver uma mudança profunda no ecossistema da nossa Bacia, então eu peço aqui que vocês aprovelem esse projeto e que a gente dê esse foco extraordinário como foram da estação de tratamento de esgoto, como foram os aterros sanitários, que já são existentes hoje na Bacia, e esse novo foco vai ser bastante importante para toda a Bacia do Turvo Grande. Eu agradeço a todos e uma excelente reunião a todos vocês.” Sr. Presidente: “Bom, agradeço a intervenção do Tokio, com os esclarecimentos, a justificativa e a colocação do Germano, e agora dando prosseguimento eu passo a palavra à Kátia, Secretária do Meio Ambiente em São José do Rio Preto, para que ela possa fazer uma exposição sobre os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, compromisso assumido com a Organização das Nações Unidas, como presidente aqui em São José do Rio Preto.” Com a palavra, Kátia Regina Penteadó Casemiro, Secretária Municipal de Meio Ambiente, São José do Rio Preto: “Boa tarde a todos e a todas, a questão, só para esclarecimento, a questão dos OBS^s, dos Objetivos de Sustentabilidade, de Desenvolvimento Sustentável da ONU, foi “startado” no dia 12 de junho aqui no Comitê de Bacia, onde o Prefeito Edinho Araújo assinou um decreto tornando um compromisso de formar uma comissão municipal para buscar o entendimento e a tentativa de atingir os objetivos da ONU até 2030. Rapidamente, só para entender, para aqueles que não estiveram aqui no Seminário no dia 12 de junho, foi um pacto global onde 193 países participaram em 2015, dentre eles como signatário também o Brasil, e o Brasil hoje se movimentou no seu âmbito nacional, para que ocorram esses pactos internos, tanto enquanto Estado,

municípios, iniciativa privada, associações. Então, nesse caso, São Paulo, o Município de São Paulo, também assinou o compromisso, e São José do Rio Preto em 16 de outubro dá posse à Comissão Municipal para os 17 Objetivos da ONU. Nós somos hoje a 1ª cidade do interior paulista a ser signatária desses compromissos e a 2ª do Estado de São Paulo. Então nós temos aí um grande desafio entre 2020 e 2030 onde 50 representatividades do município de forma paritária, 25 do governo e 25 da sociedade civil organizada estarão juntos para entender esses objetivos, fazer um levantamento do que já vem fazendo, por quê?, porque muitos de nós aqui, tanto sociedade civil quanto governo, já vêm desenvolvendo várias ações. A idéia é saber quais ações e a qualidade dessas ações e “startar” novas ações. Então esse é o nosso grande compromisso para 2030 e, aproveitando o momento, o Prefeito Edinho Araújo enquanto Presidente do Comitê de Bacia do Turvo Grande, nos coloca o Comitê à disposição dos municípios aqui presentes e aqueles que fazem parte do Comitê, a orientação para que o município também possa se tornar signatário. Porque a idéia não é ser o primeiro, ser o segundo, ser o terceiro, a idéia é fazer com que todos estejam juntos, porque existe um objetivo em comum, que não é só para o Município de São Paulo, para o Estado de São Paulo ou para São José do Rio Preto, é para todos. Então a melhor forma de fortalecer a busca da sustentabilidade para a nossa região, é que todos sejam signatários, todos os segmentos sejam signatários. Então, tanto sociedade civil quanto municípios, nós estamos à disposição para as orientações via Comitê. Muito obrigada.” Sr. Presidente: “Obrigado Kátia, queremos dar sequência à nossa reunião, com os informes das câmaras técnicas. **3.1 INFORMES DAS CÂMARAS TÉCNICAS:** Inicialmente ofereço a palavra à Débora, que é da Câmara de Planejamento, para os seus informes.” Débora Riva Tavanti Morelli, Coordenadora da CT-PLAGRHI: “Boa tarde a todos, a Câmara Técnica de Planejamento se reuniu algumas vezes desde junho, quando foi a nossa última plenária, para tratar de assuntos como a nova abertura de prazos conforme a deliberação do Conselho Estadual, que veio após a nossa plenária, para que fosse distribuído o saldo remanescente de recursos deliberados em junho. Também nos reunimos para fazer análise desses projetos protocolados, e depois para analisar as complementações encaminhadas pelos tomadores, e tivemos uma outra reunião também específica em conjunto com o GT-Plano, que é o Grupo Técnico de Acompanhamento da Revisão do Plano de Bacia, para tratar da aprovação do relatório final e o início da montagem do Plano de Ações e do Programa de Investimentos. Então a previsão que a gente tem agora



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

- para meados de novembro é que a Câmara se reúna novamente, talvez a última reunião desse ano, e tem como meta fechar o Programa de Investimentos para o próximo ano e do Plano de Bacia, fechar o Plano de
- 245 Ações também, para trazer para a plenária de dezembro a aprovação do nosso Plano, do momento da revisão. Para o momento é isso, agradeço.” Sr. Presidente: “Passar a palavra em seguida para a Cristiane, que vai falar sobre a Câmara Técnica de Água Subterrânea, com a palavra para os informes.” Cristiane Guiroto, Coordenadora da CT-AS: “Boa tarde a todas e todos, a Câmara Técnica de Água Subterrânea já cumpriu a meta de 2017, que foi a aprovação..., pelo menos a parte que nos cabe, que foi a aprovação do projeto de estudo da
- 250 ocorrência de cromo em São José do Rio Preto, a ser financiado pelo FEHIDRO, fui informada essa semana que o projeto está com o Agente Técnico, que é o IPT, e agora vai seguir os trâmites FEHIDRO, sobre os quais a gente não tem muito controle. A partir de agora a gente já está discutindo as metas traçadas para 2018, que é o estudo sobre as concentrações de nitrato acima dos parâmetros permitidos no Município de Monte Azul Paulista. Esse estudo já foi objeto de deliberação desse Comitê, que recomendou esse estudo em 2013, a idéia era que o CORHI fizesse, como não foi feito a gente vai ter que abraçar a causa, mesmo que divida em duas etapas, a gente vai ter que fazer por aqui mesmo pelo FEHIDRO, a Câmara Técnica já está discutindo uma
- 260 Ficha Resumo com as principais diretrizes para a elaboração do Termo de Referência e a gente pretende agora na nossa próxima reunião do dia 21, encerrar essa ficha para seguir os mesmos trâmites realizados para o projeto de cromo: procurar um tomador com afinidade técnica com projeto e ir trocando figurinha até que o Termo de Referência esteja redondo. Encerrando a
- 275 minha fala, eu só queria dar parabéns para a Câmara Técnica de Saneamento, na pessoa do seu Coordenador Guilherme, pela iniciativa desse projeto “Diagnóstico das Comunidades Isoladas”, porque essas comunidades isoladas sem tratamento de esgoto de hoje vão ser as fontes de contaminação de nitrato de amanhã.” Sr. Presidente: “Obrigado Cristiane, eu passo agora a palavra para o Guilherme, que é o Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento, agradecendo pela objetividade dos coordenadores.” Guilherme Diogo Júnior: “Boa tarde, a Câmara Técnica de Saneamento tem realizado reuniões desde maio, a nossa última reunião está marcada para o dia 21, e a gente tem tido algumas preocupações quanto à discussão de
- 280 prioridades para o próximo ano. A gente tem discutido sobre as 4 linhas temáticas que fazem parte do Plano de Saneamento, a questão da água, a questão do esgoto, a questão dos resíduos sólidos e a questão da drenagem urbana. Provavelmente a gente estará finalizando esse
- 295 assunto para poder estar priorizando para 2018. Além disso, a questão de pequenas comunidades: a gente fez um questionário e espalhou através do Comitê e foi um pouco decepcionante porque são 64 municípios que a gente solicitou informações e a gente teve resposta de apenas 17 municípios, solicitando informação. Qual era a primeira informação que a gente precisava ter, o que que tem de bairros isolados. Bairro isolado é aquilo que está fora do perímetro urbano e possa estar sem tratamento de esgoto. E a gente, infelizmente, para isso ser incluído até no Plano de Bacia, precisa-se saber quais são os bairros isolado que cada município tem. E a gente realmente, algumas respostas que a gente obteve, não foram satisfatórias. Por exemplo, se você pegar aqui Cosmorama, me respondeu que tem só Roseira, na verdade eu sei que tem Ibiporanga, Ecatu, Roseira e Vila Nova. Alguns municípios não têm, mas a gente precisa saber, saber qual é essa população e se tem alguma coisa de esgoto, por exemplo, Tabapuã, Serrinha tem tratamento de esgoto mas eles têm mais dois..., porque a hora que priorizar no Plano de Bacia, a gente precisa saber quanto de investimento precisa. Então eu gostaria que o pessoal que está retornando às prefeituras ou que não receberam, porque o e-mail foi mandado em nome do prefeito e ele teria que ter distribuído a quem de direito para responder, para estar cobrando essa ação para a gente estar pelo menos começando a trabalhar sobre esse assunto, que é muito importante porque vai ser o futuro investimento para todo mundo. E saber ao certo a comunidade, acabei sabendo que lá em Mira Estrela, tem uma comunidade isolada de pescadores. Então nós temos que atender tudo isso, estar atento aos bairros isolados que tem, para a gente estar começando a trabalhar em cima dessa ação e provavelmente, vai virar solicitação de recursos financeiros nos próximos anos. É só, obrigado.” Sr. Presidente: “Muito obrigado Guilherme, agora a última câmara técnica, Educação Ambiental, tem a palavra a Márcia.” Márcia Regina Brunca Garcia, Engenheira do DAEE e Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental: “Boa tarde a todos, primeiramente eu gostaria de agradecer a presença dos membros, da Coordenadora Adjunta também, no 15º Diálogo Interbacias, que ocorreu de 16 a 18/10/2017, gostaria de agradecer também ao André pela participação nas atividades e informar que no dia 31 a gente vai ter uma reunião de Câmara Técnica de Educação Ambiental, aqui no DAEE às 9:30 horas, e nós vamos dar continuidade aos trabalhos de acompanhamento do projeto, a tomadora é a Prefeitura de Catanduva, que a gente vai estar tratando do planejamento dessas ações que estão previstas nesse projeto. Essa reunião é aberta e a gente conta com a participação dos interessados. Obrigada.” Sr. Presidente: “Obrigado Márcia, neste momento nós passamos à



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

350 apreciação da ata da 60ª Reunião realizada
anteriormente. **3.2 LEITURA E APROVAÇÃO DAS**
ATAS COMPLETA E EXECUTIVA DA 60ª
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-TG: “A ata foi
355 enviada a todos através de e-mail, portanto fica
dispensada a leitura e em discussão a ata da sessão
anterior. Não havendo quem queira discuti-la, em
votação. Aqueles que estiverem de acordo, permaneçam
como se encontram, **aprovadas as Atas da 60ª**
Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica
do Turvo Grande. Agora nós vamos passar à Ordem
360 do Dia. Com a palavra, Maria Cecília.” **4.0**
DELIBERAÇÕES: 4.1 Deliberação “Ad
Referendum” CBH-TG Nº 277/2017 e seus anexos,
de 28/07/2017, que “Aprova as diretrizes e critérios
para hierarquização dos recursos do FEHIDRO
destinados à área do CBH-TG no Exercício 2017 –
Saldo Remanescente e dá outras providências” Maria
365 Cecília: “O primeiro item da Pauta é a **Deliberação**
“Ad Referendum” CBH-TG Nº 277/2017. Essa
deliberação aprova as diretrizes e critérios para
370 hierarquização dos recursos do FEHIDRO destinados à
área do Comitê Turvo Grande no Exercício 2017, Saldo
Remanescente e dá outras providências. O porquê dessa
deliberação: a gente não conseguiu aplicar em nossa
primeira chamada, todos os recursos em investimento,
375 nós tivemos..., do nosso Plano de Investimentos ficaram
algumas ações sem apresentação de propostas, entre elas
essa do projeto que o Dr. Germano falou, do
reflorestamento. Então nós estivemos em contato com a
Coordenadoria e conseguimos que eles abrissem
380 novamente o prazo para nós, é disso que trata essa
deliberação, por isso ela é “Ad Referendum”, e vamos
colocar agora em votação.” Sr. Presidente: “Antes
porém eu quero passar a palavra para a Coordenadora
Débora, a Débora se coloca à disposição de todos os
385 membros, se houver alguma dúvida, para que ela possa
esclarecer a matéria que está na Ordem do Dia. Como
aqui foi dito pela Cecília, esta deliberação, esta matéria
decorre de um saldo que nós não conseguimos utilizá-lo
num primeiro momento, por gestões realizadas junto à
390 Coordenadoria de Recursos Hídricos, nós reabrimos
este prazo e como poderão observar, ainda ficará um
saldo de R\$ 191.000,00, porque o saldo remanescente
integral era da ordem de R\$ 1.200.000,00. Portanto,
esse saldo fica para o próximo ano, e em dezembro nós
395 teremos o montante dos recursos que este Comitê terá
para os investimentos nos projetos discutidos e
prioritários do nosso Comitê. “Pois não, tem a palavra.”
“Maria Teresa, da CAPIN, Pindorama. Não, eu queria
perguntar justamente isso, se era o saldo após aquela
400 abertura, então é o saldo de R\$ 190.000,00, ele volta
para o Comitê? A gente não perde esse saldo..., aí fica
para o ano que vem? Era isso.” Débora: “Depois da

reunião de junho, acho que foi dia 30, restou em caixa e
foi até na minha apresentação, Márcia, se tiver como
405 colocar, só para eles..., no primeiro slide, restou em
caixa R\$ 1.072.952,00 para atender o Programa de
Investimentos da deliberação anterior. Depois da nossa
reunião então, o CRH soltou outra deliberação “ad
referendum” estendendo o prazo. Então a câmara voltou
410 a se reunir conforme informado pela Secretaria
Executiva, para discutir quais seriam esses critérios para
reabrir esse prazo para distribuição desse R\$
1.000.000,00, e quais seriam os prazos então de
protocolo. Então é esse o contexto dessa deliberação “ad
415 referendum”. Como a gente não tinha reunião plenária
prevista, saiu uma deliberação para que conseguisse se
ajustar e trazer essa hierarquização para a plenária de
hoje. Além disso então, aí já considerando os pleitos
que serão aprovados hoje, que é a deliberação seguinte,
420 resta o saldo de cento e noventa e dois mil e alguma
coisa, que aí fica em caixa para o Comitê.” Sr.
Presidente: “Em discussão a **Deliberação “Ad**
Referendum” CBH-TG Nº 277/2017 e seus anexos,
de 28/07/2017, que “Aprova as diretrizes e critérios
para hierarquização dos recursos do FEHIDRO
destinados à área do CBH-TG no Exercício 2017 –
Saldo Remanescente e dá outras providências, em
425 discussão. Não havendo quem queira discutir, em
votação, aqueles que estiverem de acordo, permaneçam
como se encontram, **aprovada a Deliberação.** Agora
passamos à **4.2 Deliberação “Ad Referendum” CBH-**
TG Nº 278/2017, de 28/07/2017 – “Fixa prazos e
procedimentos para apresentação e análise de
solicitações visando obtenção de recursos junto ao
FEHIDRO, Exercício 2017 – Saldo Remanescente”.
435 Em discussão. Encerrada a discussão, em votação, os
que estiverem de acordo, permaneçam como se
encontram, **aprovada a Deliberação 278.** Passamos
agora ao item 3º da Pauta: **4.3 Deliberação CBH-TG**
Nº 279/2017, de 27/10/2017 – “Indica prioridades de
investimento do FEHIDRO, Exercício 2017 – Saldo
Remanescente e dá outras providências”. Agora eu
440 convido a Coordenadora Débora, da Câmara Técnica de
Planejamento, para a sua manifestação.” Débora: “Bom,
Márcia, por favor, acho que “slide 2”, pode passar, esse
aí vocês já viram, nós tivemos então a Deliberação “Ad
Referendum” do COFEHIDRO Nº 182/2017 de
13/07/2017, foi posterior à nossa reunião do Comitê,
445 que definiu um novo período para essas indicações de
empreendimentos financiados com recursos de 2017.
Então, na Deliberação “Ad Referendum”, que foi a que
a gente acabou de aprovar agora, e um de seus anexos, o
Anexo V, traz o Programa de Investimentos já
450 suprimidos os itens e as ações que foram aprovados com
recursos da primeira distribuição, aprovada em junho.
Então aí são as ações que a gente se comprometeu fazer



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

no ano de 2017, mas que não tinham sido contempladas na aprovação anterior. Com essa nova abertura de prazo, os tomadores puderam buscar empreendimentos, buscar esforços para vir a atender esse programa de investimentos. Nós tivemos então 10 empreendimentos protocolados na Secretaria Executiva, a Câmara Técnica recebeu esses 10 pleitos para análise, nós tivemos um momento de..., após a análise administrativa feita pela Secretaria Executiva a Câmara fez a análise técnica, e solicitou algumas complementações. Após a análise das complementações, a gente chega a uma prévia de quais são os empreendimentos habilitados e classificados para serem contemplados com recurso, e quais foram considerados porque não tem recurso para atender a todos, e além disso, alguns dos empreendimentos não atendem aos critérios estabelecidos por nós mesmos nessa deliberação que acabamos de aprovar. Então, os empreendimentos habilitados são: o Diagnóstico Ambiental para Levantamento das Necessidades de Afastamento e Tratamento de Esgotos Sanitários em Bairros Isolados da Bacia Hidrográfica do Turvo Grande, Limpeza e Remoção total do lodo e sobrenadantes das Lagoas da ETE-Tabapuã, Plano de controle de erosão rural do Município de Cândido Rodrigues, Plano de controle à erosão rural do Município de Cajobi – SP, Identificação e Priorização de Áreas de Mananciais para preservação de Recursos Hídricos. O que eu queria ressaltar é que praticamente a gente cumpre quase todas as ações que estavam previstas para o ano de 2017, é salutar também o esforço conjunto das Câmaras de Saneamento e de Água Subterrânea, como uma forma pactuada para atender o Programa de Investimentos, e na discussão do Plano dentro do GT e da Câmara Técnica de Planejamento, que a gente está trabalhando e induzindo para que nos próximos anos aconteça isso também, que a gente sabe que tem os problemas locais, dentro dos municípios, mas tem que haver um esforço muito grande do Comitê e das câmaras, para a gente conseguir tratar os problemas regionais, os problemas maiores, em sub-bacia ou para a UGRHI toda. O nosso Plano já prevê essas ações para os anos sequenciais, e esse 1º grande esforço a gente já cumpriu e acredito, com louvor, pela Câmara e por esse plenário, pelas outras câmaras técnicas também, o que quer dizer que estamos distribuindo nossos recursos conforme as necessidades da Bacia. Na sequência, por favor, tem um slide dos empreendimentos inabilitados, os motivos de inabilitação são diversos, alguns não atenderam às complementações solicitadas pela Câmara Técnica, então tinha muita falha técnica em projeto, e quando solicitados não responderam ao que a Câmara solicitou, ou deixaram de apresentar informação. Eu não me lembro agora qual empreendimento que é duplicidade,

mas ali tem toda a justificativa e aqui na deliberação também tem o motivo da inabilitação, conforme a nossa Deliberação 277/2017.” Sr. Presidente: “Em discussão a matéria, pois não?” “Maria Teresa; naquela planilha anterior, o mesmo tomador foi tomador em dois projetos, isso pode acontecer?” Débora: “Maria Teresa, pode porque é de abrangência não local, regional, então abrange a UGRHI toda, isso está previsto dentro da nossa Deliberação, e além disso é uma demanda das câmaras. Acho que uma é da Água Subterrânea e a outra é da de Saneamento.” Maria Teresa: “E porquê que a contrapartida é zero?” Débora: “Porque se trata de entidade sem fins lucrativos, de acordo com o M.P.O. (Manual de Procedimentos Operacionais).” Sr. Presidente: “Algum outro pedido de esclarecimento? Está aberta a palavra. Não havendo mais quem queira discutir, em votação, os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, **aprovada a Deliberação** do Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo Grande Nº **279/2017**, que **“Indica prioridades de investimento do FEHIDRO, Exercício 2017 – Saldo Remanescente e dá outras providências”**. Não há mais matérias sobre a mesa para discussão e deliberação. Coloco a palavra à disposição dos seus membros. Tem a palavra o Professor Samir, o primeiro inscrito. Vamos estabelecer um prazo, para que todos possam ter oportunidade, pode ser? Que prazo que vocês acham? Três minutos?” Professor Samir Felício Barcha, representante do Rotary Clube Norte, com a palavra: “Senhor Presidente, o DAEE disparou o Ato Convocatório relativamente à cobrança de água conforme o Tokio colocou aqui nos seus esclarecimentos, eu tenho verificado que alguns clientes que são responsáveis por soluções alternativas, estão recebendo do DAEE um comunicado e esse comunicado chama atenção para que o responsável legal preste uma série de informações ao DAEE, com o objetivo final de expedição de boletos para a cobrança do uso da água daquela solução alternativa. Eu tenho recebido uma série de solicitações de clientes que não entendem e que têm dificuldades enormes para atender aquele ato convocatório. Muito embora o DAEE chame a atenção para a publicação de um manual orientativo, esse manual até não está mal feito, está bem feito sim, ele tem uma série de sugestões, esclarecimentos, mas levando em consideração aquilo que me chega através de muitos proprietários de soluções alternativas, eu fico muito preocupado com o prazo que o DAEE está dando para o atendimento da solicitação. Eu não acredito que até o final do ano nós tenhamos todos aqueles cadastrados, todas aquelas soluções alternativas cadastradas junto ao DAEE, que elas venham a ser devidamente preenchidas e atendendo o Ato Convocatório. Então eu coloco ao Comitê a minha



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

565 preocupação, no sentido de levar até ao DAEE, esta
preocupação, porque para quem tem alguma
informação, algum entendimento a respeito do assunto,
aquele manual é fácil, mas para quem não tem é muito
difícil mesmo, mesmo porque o manual solicita que o
570 proprietário recapitule as informações durante o
processo de outorga. Muitas vezes o cidadão não tem
esse registro na sua casa, mas o manual diz que ele pode
recuperar esses dados através de uma senha, mas isso
para nós é simples, mas para o proprietário comum isso
575 é muito complicado, então fica aqui a minha
preocupação no sentido de que nós não vamos ter, no
meu ponto de vista, o sucesso de que todos esses
proprietários atendam no prazo estabelecido. Era só
isso, Senhor Presidente.” Sr. Presidente: “Temos aí a
580 manifestação do Professor Samir, que é sabidamente um
conhecedor da matéria, e aí eu indago se alguém tem
uma resposta técnica para a questão. Cecília?” Maria
Cecília: “O Ato Convocatório foi disponibilizado agora
em 3 de outubro, na verdade os usuários cadastrados
585 que foram outorgados ou só tem um cadastro de
dispensa, eles vão receber um ofício dando um código
para eles. Esse código é para que eles tenham acesso aos
seus dados que constam no DAEE. Nós
disponibilizamos aqui três atendentes, que estão on-line
590 o tempo inteiro ajudando o pessoal que liga a tirar as
informações, ao mesmo tempo que ele entra nos dados
dele, os atendentes entram aqui e vão orientando.
Realmente, tem vários dados lá, dados de vazão, de
volumen, porque o pessoal quando vinha solicitar
595 outorga, já solicitava num valor grande, não colocava os
hidrômetros, e agora que vai gerar o boleto no final, eles
vêm e dizem, não quero pagar isso. Então esse é o maior
problema que a gente vê que está ocorrendo, mas nós
disponibilizamos mis uma linha de telefone para que
600 não haja congestionamento, e o professor tem razão
quando ele fala que são muitos usuários, porque nós
aqui, eu acredito que aqui seja a região que tenha mais
usuários de recursos hídricos para fazer o Ato. Nós
estamos esperando 2.600 que estavam no cadastro de
605 2016, que é o nosso limite, mas nós já temos esse déficit
até 2017, devemos ter mais uns 1.000 usuários aí. Não é
tão difícil, na verdade é CPF, CNPJ, aonde o pessoal se
enrosca é na vazão porque ele fica com medo, ele tem
que informar a vazão senão ele não vê a simulação do
610 boleto dele. Então aí ele se apavora ou cancela os dados
e tudo o mais, mas é o prazo que foi dado em todos os
comitês. Pode ser que a gente tenha que..., a outra
linha..., isso, a gente tem uma linha disponibilizada e
agora nós vamos abrir..., essa mesma linha não vai abrir
615 outro número, ela vai funcionar na discagem direta de
busca, a gente está esperando a empresa para solucionar
esse problema para nós. Se houver necessidade de
reabertura de prazo, eu acredito que tem como negociar

isso, sem dúvida. A gente tem acompanhado os
620 relatórios da quantidade de pessoal que tem conseguido
terminar esse cadastro, se a gente vir que não está sendo
atendido, que o prazo é pouco, nós vamos reabrir.” Sr.
Presidente: “Por acaso, André, você pediu a palavra?
Tem a palavra o André, que representa aqui o Instituto
625 Ambiente em Foco. André, vamos tentar regrar essa por
3 minutos, ok?” André Luiz Sanches Navarro: “Boa
tarde a todos, gostaria na verdade de fazer uma
sugestão, em cima um pouco de uma fala dos informes
que a Coordenadora do GT-Plano colocou, que foi
630 comentado sobre a aprovação no final do ano da
complementação do nosso Plano de Bacia, que é o
Relatório II que está sendo elaborado, acompanhado
pelo GT-Plano, eu gostaria na verdade de sugerir que
fosse adotada uma metodologia para que os membros do
635 plenário pudessem avaliar, com um prazo viável, um
prazo hábil, avaliar a minuta e propor
complementações, porque a gente pode ter alguns
problemas se, na reunião de aprovação os membros
vêm, por exemplo, trazendo complementações e
640 sugestões, então é mais nesse sentido de ter um
cronograma para que os membros possam se manifestar
previamente, dentro de uma atuação conjunta aí talvez
com a CT-PLAGRHI e com o GT-Plano, para que,
algumas vezes, algumas prioridades que estão lá para os
645 municípios, o grupo de elaboração às vezes não teve
acesso a isso, então é importante que alguns aspectos da
realidade local, principalmente tendo em vista que essa
complementação do Relatório II trata da definição de
áreas críticas. Quando a gente define áreas críticas, elas
650 também se tornam espaços privilegiados para as ações
de mitigação, enfim, de gestão, então só fazendo essa
sugestão, obrigado!” Débora: “André, em resposta, é
uma preocupação também da Câmara e do GT-Plano,
que surgiu inclusive na discussão na nossa última
655 reunião em conjunto, e aí nós tivemos o cuidado de
enviar o arquivo, só para esclarecer assim, na última
reunião a gente pegou as ações que estavam no
Relatório de Situação que já foi aprovado, tabulamos
elas e trabalhamos área de abrangência, prazo, os
660 responsáveis e possíveis dificuldades que a gente venha
a ter para implementar, passamos para as câmaras,
através de todos os coordenadores, para que distribuam
e acho que já fizeram isso dentro do prazo que nós
tivemos aí, para que enviem as contribuições para a
665 nossa reunião de novembro, inclusive com sugestão de
alteração de valor, área de abrangência e tudo o mais.
Mas não foge muito do que já estava previsto pelo
Relatório de Situação. Além disso, assim que aprovar na
Câmara de Planejamento, que é a que tem a
670 competência para distribuir o material ao plenário, a
gente tem o prazo regimental em que fica disponível a
documentação. A gente está com a idéia aí de mandar



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

um comunicado aos membros para que entrem no site, façam o download, porque os arquivos são bem pesados e talvez a gente possa montar algum formulário, alguma coisa assim, para mandar sugestões. Agora, em termos de..., as ações, não tem muito o que mudar o que já está lá, talvez assim as áreas de abrangência, possíveis recursos demandados para cobrir cada uma dessas ações, porque já foi fruto de uma aprovação que está em cima do Relatório de Situação. Então não tem muito o que a gente alterar, em função de..., vamos mudar a ação, eu acho que tem que acrescentar essa..., pode até chegar essa sugestão e a gente levar para as câmaras para discutir. Mas não foge muito do que foi aprovado no Relatório de Situação de dezembro. Respondi?" André: "Está respondido, só essa preocupação mesmo de, se tiver, por exemplo, se por um acaso houver uma sugestão de alteração que precise ser avaliada pelas câmaras, ter-se um cronograma para isso, não é, essa preocupação mais operacional, obrigado." Sr. Presidente: "Muito bem, alguém mais gostaria de se manifestar? Pois não." "Boa tarde, Francisco, Prefeitura de Cândido Rodrigues. Eu queria saber porque os produtores rurais estão recebendo essa convocatória, porque se está isento da cobrança, porque estão recebendo agora essa convocatória? "Nós estamos sendo questionados no Departamento de Agricultura lá, muitos produtores estão perdidos, estão vendo esse boleto, estão numa situação complicada para nós..." Maria Cecília: "Na verdade, o que aconteceu, todo mundo está recebendo isso, independente se é passível de cobrança ou não. Todos os usuários, para que eles realmente confirmem a sua vazão e a sua utilização. O que vai acontecer, ele vai ter esse acesso aos dados dele, que muitos já não usam mais a água, estão nos avisando, muitos já venderam a propriedade, então vai servir também para uma alteração no cadastro do DAEE, e a hora que ele vier completando os dados dele, a finalidade dele, no caso a irrigação, ela não é passível de cobrança, ele verá que na simulação o boleto dele será zerado. Então, para todo mundo que está fora da cobrança, faz a atualização cadastral, mas vai perceber que não vai ter que pagar nada, por enquanto." Sr. Presidente: "A grande verdade é o seguinte, nós estamos diante de uma lei nova, que está sendo aplicada. Isto não é simples, o Professor Samir, e aí vocês vão sentir a preocupação agora. O DAEE está cumprindo a lei, não respondo aqui pelo DAEE, nós respondemos pelo Comitê, mas é a questão da aplicação da lei, o cadastro, isso tudo vai ter que..., o DAEE tem que colocar o máximo de informação possível, ao serem abordados nos seus municípios, indiquem o telefone, aqui todos já têm? Vai ser um PABX, uma espécie de..., caindo naquele telefone, mais de uma pessoa vai poder falar, é isso, em termos práticos, então as autoridades

municipais, aqui eu vejo uma série de prefeitos e de prefeitas e demais autoridades e vocês, que representam o Comitê, serão acionados para poder responder esta questão. E aí nós temos que dar uma resposta, encontrou uma autoridade, perguntou e a autoridade não sabe, fica uma situação realmente muito desconfortável para todos nós, então eu acho que é isto aqui, montarmos uma bancada que possa informar, em resumo o que é, é o cadastro e a cobrança, está certo, quando devida. Pois não?" Com a palavra, Tokio Hirata, Diretor do DAEE e Secretário Executivo do CBH-TG: "Veja só, nesses anos todos da existência do Comitê, nós estamos vivendo de pouquíssimos recursos do FEHIDRO. Não vamos viver eternamente com esses recursos do FEHIDRO, 2 milhões, 3 milhões, nós estamos preparando nosso Plano de Bacia com simulações muito maiores, vai depender de qual recurso, e a lei do Sistema de Recursos Hídricos já prevê a cobrança pelo uso da água. E veja só, com essas mudanças climáticas, com a questão do uso da água que está cada vez mais escassa, temos que ter realmente a cobrança pelo uso da água para poder realizar ações dentro da nossa Bacia. Hoje está sendo cobrado um centavo (R\$ 0,01) por cada metro cúbico de água, é ridículo, olha o trabalho imenso que nós estamos tendo com esse cadastro, vai às vezes fazer um boleto para cobrar R\$ 10,00 (Dez Reais). Então, veja só, é preciso em cima de tudo isso, uma educação ambiental, e a gente vai trabalhar na divulgação, mostrar a importância, porque a arrecadação desse recurso não vai para lugar nenhum, vai ficar na Bacia e aplicado pelo Comitê, por todos os senhores aqui, todos nós vamos ser responsáveis pelo uso desse dinheiro. Isso que a gente precisa ter consciência, obrigado." Sr. Presidente: "Eu acho que esse assunto precisa ser muito mais debatido, intensamente debatido para que a gente possa ter as informações, porque como eu disse, trata-se de uma lei nova, se alguém mais quiser fazer uma intervenção a respeito disso, considere importante porque não é todo dia que nós nos encontramos, e numa plenária dessa, com a presença de um quórum de 45..., acho que deve ter aumentado depois que nós iniciamos a nossa reunião. Se alguém mais, se algum técnico quiser fazer mais uma exposição a respeito desta matéria, porque houve recentemente a televisão, não sei se os jornais também têm divulgado, alguém viu essa matéria na televisão recentemente? Eu vi que tem o chamamento, uma preocupação da população com relação a esta questão. Então acho que é preciso que os senhores e as senhoras que estão lá e são abordados em contato com a população, possam explicar a aplicação desta lei e aqui, como disse o Tokio, que vem, esse recurso virá para a Bacia, para o nosso Comitê. Bom, se não houver..., pois não, então tem 2 inscritos, eu vou encerrar as inscrições, está



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

- certo? Por favor, aqui o microfone, pode ser lá primeiro. Para efeito de gravação, se identifique, por favor.” “Boa tarde, Célia Gomes, da Secretaria de Turismo do Estado. Quando o Senhor Edinho indica que as 64
- 785 pessoas aqui presentes são responsáveis e podem responder às dúvidas sobre a cobrança da água, eu faço aqui um breve relato de uma reunião do setor hoteleiro de São José do Rio Preto, do qual eu faço parte, e esses proprietários dos hotéis já receberam esse comunicado e
- 790 evidentemente eles estão apavorados porque pensam que vão ter que passar, repassar esse valor para as tarifas, para as diárias dos hotéis. E eu não me senti confortável para explicar essa cobrança, eu não tenho elementos para explicar o porquê, se vai aumentar, se
- 795 vai ser caro, enfim eu acho que como membros aqui do Comitê nós deveríamos ter essas orientações e trabalhar efetivamente na proatividade, não colocar mais uma linha para explicar. Aliás, deveríamos tirar mais uma
- 800 linha de telefone, porque isso não deveria acontecer, nós temos que trabalhar na proatividade, primeiro fazer uma comunicação, o porquê da cobrança, quanto vai ser cobrado, se vai ser pouco ou muito, nós é que
- 805 deveríamos informar isso, não esperar que as pessoas causem esse tumulto, essa preocupação, esse movimento, esse desgaste que eu julgo ser necessário, das pessoas terem medo de mais uma cobrança, de mais uma taxa. Então nós temos de trabalhar não na reatividade, não ficar dando explicações que não vai ser caro, que é pouco, que é só um por cento. Para quê isso?
- 810 Vamos trabalhar sim na proatividade, primeiro informar, comunicar, abrir as informações o máximo possível, usar todos os meios de comunicação para que a população seja bem informada e não cause esse tumulto que eu particularmente já me deparei essa
- 815 semana com um grupo de hoteleiros preocupados em aumento de diárias de hotéis por conta da cobrança da água, muito obrigada.” Sr. Presidente: “Célia, você tem razão, eu quero concordar plenamente com a sua colocação. Esse não é dever do nosso Comitê, nós
- 820 temos que esclarecer mas esta divulgação e este esclarecimento, cabem ao Governo e ao DAEE. Cabem ao Governo e ao DAEE fazerem essa explicação da importância, do histórico, de todo o processo que envolve essa questão, há muitos anos que nós sabemos.
- 825 Então, eu gostaria de dizer que o Comitê não é..., o nosso problema é nós detectarmos, aplicarmos os recursos e discutirmos a nossa Bacia. É claro que esses recursos virão, mas não me parece que seja..., eu não..., nós não temos nem estrutura, o nosso Comitê, nós nos reunimos aqui na sede do DAEE, nós apenas discutimos a aplicação desses recursos que são destinados ao Comitê. Então eu gostaria de deixar muito claro, e aí
- 830 Tokio, você, a Cecília, o pessoal, vocês vêm..., nós podemos ter uma posição como essa, está certo,
- 835 porque..., quando que vocês receberam essa notificação? Foi recentemente?” Célia Gomes: “A reunião foi quarta-feira, e os hoteleiros já apresentaram essa comunicação.” Sr. Presidente: “E lá na sua cidade, quando que chegou, quando você começou a ser
- 840 abordado sobre essa questão? Bom, tem uma palavra, tem um orador inscrito. Por favor aqui, se identifique para efeito de gravação.” José Benedito Máximo: “Eu represento o SINDAREIA, eu gostaria de acrescentar a tudo que foi dito, eu pertenci desde o começo do Grupo de Trabalho para criação dessa taxa, e que todo esse
- 845 tempo que nós trabalhamos em cima disso aí, o sentido não seria arrecadatório, seria educativo e principalmente de controle para se administrar a Bacia, então que essa comunicação seja feita a todo mundo, é nesse sentido,
- 850 porque não tem nada a ver com isso, mas todos os brasileiros têm hoje uma das maiores cargas tributárias do mundo, então não seria mais isso que teria que acrescentar.” Tokio Hirata: “Olha, essa questão da cobrança já foi até discutida aqui em várias plenárias e
- 855 veja só, já foi muito bem esclarecida, que não é taxa, tanto é que eu falei que o recurso arrecadado não vai para lugar nenhum, esse Ato Convocatório, não é esse Comitê o primeiro onde está sendo feito, nós não somos o primeiro, Piracicaba, o Comitê PCJ foi o primeiro
- 860 comitê, que foi criado em 1991, já fizeram da mesma forma. Eu acho que nós somos aí o 5º ou o 6º, não é Cecília? Então, o procedimento é o mesmo. Está certo, está aparecendo questionamentos, nós vamos levar isso para a Capital, porque não fomos nós aqui que fizemos
- 865 o Ato Convocatório, e vamos apresentar para ver de que forma nós vamos solucionar isso aí, entendeu? Mas a questão da..., e foi através de decreto do Governador, que foi discutido numa plenária do Conselho Estadual, essa discussão da cobrança pelo uso da água já está
- 870 prevista em lei de 1991, já é velha, vamos dizer, a cobrança pelo uso da água não é novidade, é que agora está sendo colocada em prática e aí o pessoal está se assustando. Todo mundo é assim, ‘vou deixar o imposto de renda para o último dia’, aí já viu o que vai
- 875 acontecer... Eu acho que é cultura nossa então, desde àquela época, começam a aparecer essas discussões, os vários setores começam a levantar a questão, eu acho que a FIESP é uma das que mais trabalharam nesse sentido aí. E eu acho que seria uma outra situação.” Sr.
- 880 Presidente: “Pois não Cecília.” “Célia, eu percebo a sua aflição e do seu segmento, que representa, nós temos aqui a Débora que já programou um evento para fazer com o setor industrial. Isso tudo já foi feito na época da aprovação da cobrança, mas hoje somos outras pessoas
- 885 que estamos aqui, alguns que participaram, outros não, e talvez, não sei se há possibilidade, de fazer junto alguma coisa nesse sentido. Porque de qualquer forma, nós técnicos do DAEE também somos poucos e nesse



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

890 momento nós estamos todo mundo debruçado aqui
tentando resolver esses problemas que aparecem da
cobrança. Então não dá para a gente ficar marcando
também palestras em cada setor, porque isso foi uma
exigência para que o Governador assinasse o decreto,
que todos os setores envolvidos no Comitê discutissem
895 e aprovassem. Então fica aqui em aberto, eu não sei se
há possibilidade de juntar a FIESP e o turismo, para
fazer esse evento, e nós estamos à disposição para fazer
essa palestra, ou marcar alguma coisa a nível de Comitê,
mas é bem tranquilo.” Sr. Presidente: “A verdade é a
900 seguinte, tem alguns que vêm do mandato passado,
portanto esse tema já está um pouco mais familiarizado,
agora tem muita gente que está ouvindo isso pela
primeira vez. Então, eu sei que não é o caso da Célia,
que já está., não é Célia, você já vem do mandato
905 anterior, mas de qualquer forma nunca é demais a gente
debater, eu sou muito favorável à discussão, ao
contraditório, mas essa é uma questão que já tem lei, e
isso já é de algum tempo, tem todo um histórico. O
Professor Samir está pedindo a palavra, um aparte,
910 então Professor Samir, por favor um microfone aqui
para que o Professor Samir possa nos orientar ainda
mais.” Samir Felício Barcha: “Na verdade, esse assunto
tem sido discutido nesse Comitê desde há muito tempo,
tudo bem, mas eu acho, salvo melhor juízo, que a
915 divulgação geral disso não fica por conta do Comitê, o
Comitê não tem estrutura para fazer isso e nem é a sua
função, então cabe ao Governo do Estado divulgar isso,
mesmo porque eu não tenho dúvida nenhuma quanto à
legitimidade e a necessidade dessa cobrança, mesmo
920 porque, por exemplo, uma solução alternativa, digamos,
de um condomínio, de uma residência, vai pagar uma
mixaria, R\$0,002 por metro cúbico. Quem gastar aí 10
ou 12 metros cúbicos por mês vai pagar R\$ 10,00 ou R\$
12,00, mas acontece que a falta de esclarecimento, o
925 camarada recebe um boleto, hoje em dia se você recebe
um boleto você já fica “puxa vida, vou ter que pagar
mais uma taxa de água”, vem a Vigilância Sanitária
cobra, vem o DAEE agora e vai cobrar, mais taxa e
mais taxa e ainda vem, “ó, agora é o Ato Convocatório,
930 puxa, estou sendo convocado!”, então isso cria uma
‘psicose’ na população que é desfavorável até à
aceitação da cobrança. Então a meu ver, por isso que eu
disse da minha preocupação, esse prazo é um prazo
curto, está certo que nós temos que cobrar, sim, porque
935 isso vai ser revertido para o Comitê, e o Comitê é que
financia todos os projetos que entram aqui. Então isso
vem para a Bacia, vem para o nosso benefício, e depois
ainda mais, quem não quiser pagar aquela taxa, aquele
valor, restringe o seu consumo. É uma medida educativa
inclusive, porém Sr. Presidente, eu acho que a
940 divulgação é falha e isso é da competência do Governo
do Estado.” Sr. Presidente: “Fazer justiça, o último

encontro que eu tive com o Professor Samir, ele
abordou esse tema. Numa conversa nós tratamos disso
945 também. Então, nós temos aqui, é 1º de janeiro? É isso
não é? Outubro já foi praticamente, novembro, faltam
60 dias. Eu acho que cabe, eu gostaria de sugerir, com
todo o respeito aqui à direção do DAEE, que levasse às
instâncias superiores essa manifestação do Comitê
950 Turvo Grande, no sentido de que haja uma ampla
divulgação. A Célia, por exemplo, está sendo abordada
com medo de que vá ser mais um valor exorbitante, que
vai afetar e terá que fazer o repasse ao consumidor, ao
cliente. Então, não sei, eu não tenho a menor idéia de
955 quantos m³ gasta um hotel, mas eu tenho a impressão
que não é nada desprezível. O Professor Samir está aí
fazendo um juízo de valor pecuniário, eu confesso para
você que não sei, acho que nós temos que nos
debruçarmos, estou voltando agora para a esfera
960 estadual, especificamente para a esfera municipal, estive
em Brasília durante todo esse tempo, portanto é um
tema que eu vou procurar me inteirar um pouco mais
porque nós todos seremos cobrados. Eu, se não for
cobrado como Presidente deste Comitê, eu serei cobrado
965 como Prefeito também da cidade, com certeza Kátia, eu
gostaria que você, que é a Secretária do Meio Ambiente,
procurasse se informar, certo, nós temos a obrigação,
porque quando o munícipe, quando o cidadão encontra a
autoridade e pergunta a ela, ele tem que ter uma
970 resposta. Se não tiver na hora, anota o telefone e o e-
mail e passa a resposta, porque senão as pessoas vão
ficando cada vez mais descrentes de tudo, inclusive do
Estado.” Tokio Hirata: “Na verdade, o ponto básico da
lei é que é um centavo por m³, agora é claro que, um
975 centavo por m³, e tem uma fórmula especial para isso
tudo aí porque envolve também o esgoto. A lei tem um
outro sentido também, vai obrigar, seja hotel, seja
indústria, a fazer tratamento de esgoto, fazer o reuso da
água, tudo isso aí vai fazer com que o setor tente
980 diminuir o máximo possível, o uso da água. Ele quer
pagar o menos possível, não é? Agora, um centavo por
m³, puxa vida, está pagando muito pouco, R\$ 0,30 por
m³ seria bom para o Comitê.” Sr. Presidente: “Professor
Samir, como é isso no mundo, nos outros países
985 desenvolvidos, poderia dar, nuns três minutos, uma
síntese para todos nós. Pois não, tem um microfone
rapidinho aqui para o Professor Samir, Samir dá uma
visão aí..., Professor Samir, para quem conhece o
Professor Samir, ele é um dos maiores entendidos do
990 setor, pois não.” Professor Samir: “Tem uma máxima
que diz: “água subsidiada é sintoma de escassez”, água
não pode ser subsidiada, nesse mundo onde 2 bilhões de
pessoas não têm um nível de água eficiente para atender
às mínimas exigências sanitárias, num mundo como
995 esse a água tem que ser tratada como essencial. Porém
todo cidadão tem o direito ao acesso à água limpa.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

- Quem usa mais paga mais, quem usa menos paga menos. Quem pode mais e vai usar mais, paga mais, quem pode menos e usar menos, paga menos. Não é porque o cidadão economicamente que tem menor possibilidade econômica, é que ele pode gastar mais e desperdiçar, não, o consumo de água tem que ser educativo. Daí a importância das tarifas sociais, em todo sistema que se preze, tem que ter tarifa social para atender uma camada da população desprovida de uma situação financeira um pouquinho mais desejável. Mas nem por isso ela tem o direito ao desperdício. Por isso que a cobrança da água é, além de tudo, educativa. Além do mais, a água num setor de município, por exemplo, é o setor que tem recurso próprio. Tem condições de ser autossuficiente. Num município, por exemplo, onde o custo da água não for suficiente para a sua produção, vai haver necessidade de retirar subsídio de onde? Da saúde, do transporte, da educação e outros setores que não têm possibilidade de cobrança. Então o abastecimento tem que ser cobrado, mas de uma forma justa. Em todos os sistemas do mundo inteiro, isso acontece, agora, onde não acontece? Onde as políticas são à base do clientelismo, populismo e não pode haver populismo, porque depois de 20 anos qualquer sistema de abastecimento entra num processo de degradação, e depois para recuperar, ele vai ter que gastar o triplo. Porém, se ele for sendo mantido anualmente, jamais ele vai ter um custo de recuperação tão grande quanto aquele. E para que isso seja possível, esse sistema tem ter um percentual destinado a investimento. Tudo isso vai sair do preço do metro cúbico. Então no caso da cobrança da água daqui da Bacia e isto vai ser no Estado e no Brasil inteiro, essa cobrança é para retirada de água de superfície e de água de sub superfície. O SEMAE, por exemplo, que retira água do subsolo e retira água do Rio Preto, vai ter que pagar isso daí. Quer dizer, nós vamos ter que pagar, porque isso daí depois vai ser revertido para a Bacia, vai haver aqui uma Agência que vai gerenciar a cobrança, recebimento, faturamento, essa coisa toda, e todo esse dinheiro vai engrossar aqueles dois milhões que vem anualmente para subsidiar os projetos que aqui comparecem. É por isso que eu sou a favor, sou a favor desse tipo de cobrança, agora quanto vai pagar, por exemplo? A cobrança quem vai determinar somos nós, o Comitê é quem vai determinar o custo do m³, para a indústria um valor, para o abastecimento unifamiliar outro valor, para as prefeituras outro valor enfim, dependendo do tipo de uso, vai haver um preço. Agora aquela indústria, aquele empreendimento, que lança o seu esgoto “in natura” no sistema de esgoto para ser tratado lá ou então joga direto no rio, esse vai ter que pagar mesmo, porque alguém vai ter que tratar isso ou então alguém vai ter que recuperar a degradação do esgoto que ele lançou. É por isso que tem que haver uma cobrança do esgoto também, para que cada um trate melhor o seu esgoto. Tratar melhor o esgoto vai ficar mais barato que lança-lo lá e pagar um custo que o Comitê vai estabelecer. Então o Comitê já tratou disso e infelizmente a divulgação não é generalizada. Mas, tirando os lugares do mundo onde o populismo grampeia, todos os lugares, a água tem custo, porque é um bem que tem que ser renovável, para ser renovável tem que ter custo. E quem vai pagar isso, nós usuários, sob pena de nós chegarmos às nossas gerações futuras desprovidas disso aí ou então a um custo que vai ser extremamente elevado. “Obrigado companheiro, acho que falei demais.” Sr. Presidente: “Agradeço ao Professor Samir pela aula, com certeza esse tema não se esgotará nessa reunião, mas com certeza saímos todos um pouco mais conscientes da importância, da gravidade e de um tema presente nos próximos dias, nos próximos meses, estamos apenas iniciando uma discussão onde o Comitê poderá ter uma posição mais proativa no tocante a essa questão, que uma coisa é o consumo do hotel, outra coisa é da padaria, está certo, que têm na água um insumo importante na produção e na prestação de serviços. Não havendo mais quem queira discutir, quem queira se manifestar, pois não? Ipiguá, com a palavra. O último inscrito e nós vamos encerrar, porque já estamos próximos de 16:00 horas. Pois não, tem a palavra por 3 minutos.” Prefeitura Municipal de Ipiguá, não identificado nominalmente: “Eu queria aproveitar a oportunidade, o Edinho como Presidente do Comitê de Bacias, para ver o que pode ser feito perante a qualidade da água do Rio Preto, é um caso também que vem se arrastando por muito e muito tempo, tivemos um problema sério agora há pouco tempo com o DAEE, tive uma reunião com o pessoal, esclareceu-se muita coisa, mas não está totalmente sanado o problema. (O Sr. Presidente interrompe e pergunta se o problema foi com o DAEE ou com o SEMAE). SEMAE, e aproveitando, você como Presidente do Comitê, que se possa fazer alguma coisa, o Comitê..., já tivemos essa discussão em 2013 aqui com esses problemas também, e o Comitê nunca fez nada, por isso que eu estou colocando o problema.” Sr. Presidente: “Eu acho que o problema que você coloca do Rio Preto, o Rio Preto passa por Rio Preto, o Rio Preto vem de Cedral, Cedral também tem lá a sua Estação de Tratamento de Esgoto ou lagoa melhor dizendo, que é a nossa “caixa d’água” em São José do Rio Preto, e o Rio Preto, nós temos a nossa Estação, com uma qualidade que é elogiável, aqui está o Sívio da CETESB, mas que tivemos um problema, ali foi feito o desassoreamento do Rio Preto, foi até à divisa Rio Preto/Ipiguá, precisa continuar a desobstrução, a limpeza do Rio Preto, acho que é um trabalho..., pois não, não entendi o que você falou...” Prefeitura



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

- 1105 Municipal de Ipiгуá: “Desassoreamento. Foi colocado, aquele projeto foi colocado em 14 quilômetros, abaixo da Estação (de Tratamento de Esgoto), até o Município de Ipiгуá, na ponte da divisa do município com Onda Verde, foi tirado o lixo difuso e foi desassoreado alguns pontos. Mas nesse projeto, infelizmente não foi colocada a qualidade da água. Até discuti com a CTETESB sobre isso aí, mas não foi colocado. E aí tivemos vários problemas com o SEMAE e agora por último tivemos também um problema, que foi colocado até pela Rede Globo e tal, mas o Comitê de Bacias eu acho que tem uma força, conversando com o Sílvio da CETESB, até para o nível do rio dar uma melhorada, mas o Nicanor acha impossível fazer isso, mudar...” Sr. Presidente: “O tema pontual é claro que interessa a toda a Bacia, que é o Rio Preto, que deságua no Turvo e o Turvo deságua no Grande, é um assunto que nós podemos..., você já está em tratativa com o Nicanor Batista, é o meu Superintendente do SEMAE, e eu sei o quanto você tem a preocupação, a preocupação é global, depois está aqui também o Sílvio e esse assunto portanto, eu acho que nós poderíamos discuti-lo mais dentro desse quadrado aí, e depois dar conhecimento a todo o Comitê, mas sem prejuízo..., é que o Professor Samir parecia que queria uma intervenção?” Prof. Samir: “...então, o Conselho se reuniu a semana passada, e eu inquiri do Coordenador do SEMAE o esclarecimento da situação. O que acontece é que o SEMAE está com sérios problemas na sua estrutura de tratamento, face a um prolongado tempo de investimento de manutenção. Quem for lá agora e olhar um reator que tem lá, ver o estado que ele está, não acredita. Então, tem que haver investimento nisso que o SEMAE está fazendo. E eu perguntei ao Coordenador do SEMAE qual é a porcentagem de tratamento do esgoto que é lançado no Rio Preto, chega a 50%, não, ele me disse que está em torno de 80 e poucos por cento. Quer dizer, reduzindo a DBO aos níveis consideráveis tolerados pela Resolução CONAMA 430, que diz: “tem que haver uma redução de 60% da carga orgânica”, a redução está muito mais do que 60%. O que ocorre, segundo o responsável pelo SEMAE, é que no trecho da Estação até Ipiгуá existem, e a CETESB está aqui para dizer, eu não sei, existem ingressos de fontes poluidoras, talvez até, se eu entendi direito, de curtume, então imputa-se ao SEMAE uma responsabilidade que não é do SEMAE. Por isso é que eu fico chateado quando se fala o SEMAE, o SEMAE, o SEMAE. Está certo, o SEMAE ficou, do meu ponto de vista, Samir cidadão rio-pretense, do meu ponto de vista o SEMAE ficou sucateado durante mais de 5 anos. Há 4 anos atrás eu fiz uma análise de água lá na ponte que vai de Ipiгуá para Onda Verde. Eu coletei lá, era esgoto puro. Porque aquilo não foi denunciado? Porque não chamou atenção? E a responsabilidade, o que que era, depois o SEMAE publicou que estava com problemas, e que não estava dando condições de tratamento e o esgoto estava sendo lançado quase ‘in natura’ no Rio Preto e no entanto, salvo melhor juízo, o SEMAE não foi multado. E porque agora foi multado? Então o cidadão..., eu não tenho nenhum compromisso com defesa da administração atual, nem com a crítica à administração passada, eu tenho com a minha cidade. Diante daquilo, do quadro que eu vi, eu fico muito triste de hoje o SEMAE ter que recuperar a sua condição de investimento porque nos últimos 5 anos não se fez um tostão de investimento. Por isso que aquilo ficou sucateado. Desculpa Presidente, mas o cidadão Samir, que deu a cara para bater durante muito tempo para a criação da autarquia e a criação do SEMAE, e eu fui muito criticado por isso, hoje eu digo, o SEMAE é uma das maiores conquistas ambientais de Rio Preto, é por isso que eu fico indignado quando eu ouço coisas que não estão do meu ponto de vista e salvo melhor juízo, eu não sou o dono da verdade, não estão corretamente colocadas.” Sr. Presidente: “Bom, você quer falar? Bom, vamos encerrar com a sua intervenção, rapidinho.” Novamente o interlocutor de Ipiгуá: “Professor Samir, o senhor como criador do SEMAE, tem uma denúncia de 2013, séria, sobre isso aí. A Polícia Ambiental foi lá, fotografou, foi o único órgão que me atendeu, CETESB não atendeu, ninguém atendeu. O Nicanor inclusive pegou essa denúncia. Então esse problema não é de hoje. Eu concordo com o senhor, está sucateado, está sucateado. Mas vamos lá, vamos recuperar, eu estou aqui como defensor do rio, eu quero ver a qualidade do rio. Eu quero ver o rio vivo de novo, porque o rio estava praticamente limpo quando se implantou a lagoa de tratamento, o senhor entendeu, depois ficou-se 8 anos sem aplicar nenhuma verba, mas não cobra-se a água no Rio Preto? O SEMAE não cobra água, não cobra esgoto, claro que cobra... Então vamos ver o que está acontecendo, obrigado.” Sr. Presidente: “O que eu gostaria de dizer para a questão, sem nenhum sentido senão de colocar a verdade, todos sabem que o SEMAE foi uma autarquia que foi instituída no meu tempo, no meu primeiro ano de governo em 2001, deixei a prefeitura em 2008, fiquei 8 anos fora da prefeitura, aqui está se falando em falta de investimento num período que não é do meu tempo. Quero apenas comunicá-los, a bem da verdade também, que já tenho recursos, contrato assinado, para o quarto módulo, 4º módulo lá do tratamento de esgoto, então voltando a recuperar a capacidade de investimento do SEMAE. Apenas essa colocação, eu acho que a discussão e a colocação do Professor Samir como cidadão e como membro do Conselho foi oportuna, como a intervenção do Edgar, também Secretário do Meio Ambiente de



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA TURVO / GRANDE

Av. Otávio Pinto César nº 1400 - Cidade Nova - São José do Rio Preto / SP - CEP 15085-360

Fone / Fax: (17) 3226-5302 / 3227-2108 - Email : comitetg@gmail.com

Visite nosso site: www.comitetg.sp.gov.br

ATA COMPLETA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-TG REALIZADA EM 27/10/2017

1215 Ipiruá, eu espero que essas tratativas todas sejam feitas
junto com o Nicanor, a quem eu vou transmitir essas
suas observações, mas são..., aqui está o Sílvio da
1220 CETESB que é um cidadão responsável também,
competente, tem feito o seu papel, mas nós esperamos
que a verdade seja restabelecida e eu quero manifestar o
meu interesse e a prioridade que eu tenho pela questão
da água para toda a população, água de qualidade,
atendimento regular e com o tratamento de esgoto

dentro das normas legais para que nós possamos
despoluir o Rio Preto e depois o Turvo, depois o
Grande, e depois a Bacia do Prata e jogar a água,
1225 devolver a água para o mar sem poluição, dependendo
de São José do Rio Preto.” **5.0 ENCERRAMENTO:**
Sr. Presidente: ”Agradecendo a atenção de todos e a
participação de todos aqui, está encerrada a nossa
reunião, muito obrigado!
1230

TOKIO HIRATA
Secretário Executivo do CBH - TG

EDINHO ARAÚJO
Presidente do CBH – TG